

O surdo e o processo de formação e qualificação profissional

Célia Cristina Lobato¹

Eliana Bolorino Canteiro Martins²

Gisela da Silva Souza³

Oleana Rodrigues Maciel de Andrade⁴

Maria José Monteiro Benjamin Buffa⁵

Introdução

No período que abrange as três últimas décadas do século XX, ocorreram profundas transformações no mundo, nos planos econômico, político, cultural e social, impulsionados pela crise do capitalismo e as alterações no processo de produção e reprodução da sociedade, situação que modifica o mercado de trabalho, as relações entre Estado e sociedade, enfim todas as esferas da vida.

Modifica-se o papel do Estado, que atende ao contexto social e econômico próprio dos anos 90, construindo uma nova configuração da estrutura social e produtiva que vem se destacando desde o início dos anos 70. Trata-se de uma reação do capital no sentido de buscar racionalizar os custos da produção e recuperar as taxas de lucro.

Neste contexto, a “educação passa por reformas em sua estrutura e orientações, destacando-se as seguintes: redistribuições de recursos; descentralizações da execução do gasto; reforço da progressividade e redistribuidade de recursos e funções; participação

1 Assistente Social do NIRH com aperfeiçoamento em Serviço Social na área de Saúde e especializada em Serviço Social da Saúde- HRAC-USP. nirb@centrinbo.usp.br

2 Assistente Social, Mestre em Serviço Social- Universidade Estadual de São Paulo- UNESP- Franca- SP.

3 Assistente Social com especialização na área do Serviço Social na área de saúde e reabilitação - HRAC-USP.

4 Psicóloga do NIRH-HRAC-USP com especialização em psicopedagogia pela Universidade do Sagrado Coração-USC. oleanandrade@ig.com.br

5 Pedagoga; Mestre e doutoranda em Distúrbios da Comunicação Humana HRAC-USP; Diretora Técnica do Serviço de Educação e Terapia Ocupacional do HRAC-USP; Coordenadora do Centro Educacional do Deficiente Auditivo - HRAC-USP e Coordenadora do NIRH - HRAC-USP, Bauru — SP. zeze@centrinbo.usp.br

dos pais; parcerias com a sociedade civil; modernização dos conteúdos; diversificação das carreiras; criação de sistemas nacionais de capacitação docente e criação de um sistema nacional integrado de avaliações educacionais” (Draibe, 1999:8).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o objetivo da educação é instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, o que impõe desafios à formação para a cidadania.

Portanto, “a educação inclusiva e a educação profissional expressam os reflexos das mudanças societárias e especificamente do mundo do trabalho, acompanhando o paradigma da empregabilidade e da relação entre o interesse público e privado” (Martins, 2004:59).

Dessa maneira, com o dinamismo da sociedade atual, o trabalhador deve aprender a se adaptar rapidamente às mudanças, ao trabalho em equipe e ao risco, estar cada vez mais atualizado em cursos de treinamento, pós-graduação ou MBAs (Master in Business Administration).

Constata-se, portanto, a importância cada vez maior da educação como forma de inclusão no atual mundo do trabalho. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 2004).

Considerando o exposto, verificamos que só a Educação Básica, apesar de ter extrema importância, não basta para a formação integral do indivíduo. Assim, a educação profissional e tecnológica, em termos universais e no Brasil, reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica.

Nesse sentido, o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da Universidade de São Paulo (USP), Campus Bauru, por meio de um de seus serviços especializados — denominado Núcleo Integrado de Reabilitação e Habilitação (NIRH), criado em 1991, apoiado técnica, financeira e socialmente pela Fundação para

o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (FUNCRAF) — busca atender às necessidades relacionadas à educação e capacitação profissionais de adolescentes e adultos com surdez, matriculados no respectivo hospital e que residem em Bauru e região.

O NIRH busca, cada vez mais, melhorar a capacitação de seus usuários, visando à inserção no mercado de trabalho e à inclusão social, fundamentada no direito e na cidadania. Machado (2004, p.27) constatou a “dificuldade de inserção da pessoa com deficiência, especialmente auditiva, no mercado de trabalho devido ao perfil do trabalhador exigido pelas empresas, ou seja; a exigência por capacitação cíclica e unânime nas empresas em razão do novo conceito de qualidade estabelecido: a qualidade como competência”, e essa constatação despertou o interesse em investigar como ocorre a inserção das pessoas com necessidades especiais nos cursos profissionalizantes do município de Bauru.

Objetivo

O objetivo geral da presente pesquisa foi diagnosticar as possibilidades e/ou limites da inclusão dessas pessoas, enfocando a pessoa com surdez, nos referidos cursos.

Os objetivos específicos resumiram-se em: identificar as instituições que oferecem educação profissional no município de Bauru; detectar se existem pessoas com deficiência frequentando a educação profissional; analisar a infra-estrutura para viabilizar a participação da pessoa com deficiência na educação profissional; verificar quais são as exigências do mercado de trabalho, principalmente para as pessoas com deficiência; conhecer os tipos de cursos profissionalizantes que são oferecidos para as pessoas com deficiência, mais especificamente com surdez; analisar a viabilidade de realizar parcerias destas instituições com o NIRH para a formação profissional das pessoas com surdez.

Método

Estudo exploratório abrangendo a pesquisa de campo e bibliográfica. Os sujeitos da amostra constituíram-se de 12 instituições nos segmentos: ONGs, Sindicatos, Programas Municipais e instituições

pertencentes ao sistema S. O instrumental adotado para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada com os responsáveis pelos cursos profissionalizantes nas instituições. Os tipos de abordagem foram qualitativas, numa visão dialética, e a análise e tratamento de dados foram realizados por meio de análise de conteúdo.

Resultados

Constatou-se que 75% das instituições são privadas, 8,3% pública e 16,7% mista (Sistema “S”).

Verificou-se que 67% das instituições possuem pessoas com deficiência nos cursos, com maior participação nos cursos de informática, empalhamento e massoterapia e menor nos de manicure, estética facial e radialista. Dos deficientes inseridos nos cursos, 16% são surdos. De acordo com as possibilidades e/ou limites, 50% das instituições não possuem equipe ou material adequados para recebê-los. 83% das instituições demonstraram interesse em estabelecer parceria com o NIRH.

Gráfico 1: Instituições que possuem pessoas com deficiência

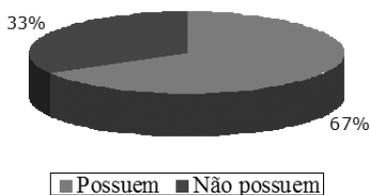


Gráfico 2: Número de pessoas com deficiência

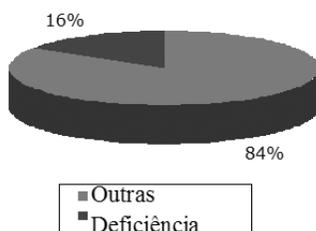
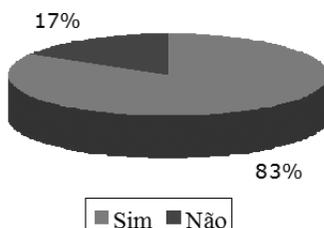


Gráfico 3: Interesse em parceria com o NIRH



Conclusão

As instituições têm interesse em receber pessoas com deficiência em seus cursos, inclusive já atendendo a essa demanda, dependendo somente do interesse dos deficientes em frequentar os cursos; se apoiados pelo programa do NIRH, as instituições têm interesse em estabelecer parcerias.

Considerações finais

O resultado da pesquisa contribuiu para analisar esta realidade no município de Bauru-SP, desvelando os limites e as possibilidades relacionadas ao processo de formação profissional das pessoas com deficiência, subsidiando a implementação de ações que proporcionem a capacitação profissional das pessoas com surdez, através de parcerias realizadas entre as instituições que oferecem educação profissional e o NIRH, facilitando, assim, a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal. Capítulo III e atos das disposições constitucionais transitórias com a incorporação da emenda 14. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/Legisla-comum.shtm>. Acesso em 10 nov. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2004. 71p.

BRASIL. Secretaria Educação Especial. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/semtes/educprof/Legislacomum.shtm>. Acesso em: 10 nov. 2004.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais nos anos 90. In: BAUMANN, R. (org) Brasil: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, A. M. de C. A. A pessoa portadora de deficiência auditiva e o direito ao trabalho. Bauru, 2004. 30p. Monografia (Especializada em Serviço Social na Área da Saúde e Reabilitação) — Hospital de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo, Bauru.

MARTINS, E.B.C. A prática profissional e o assistente social na área da educação pública. (Texto mimeo), 2004.